



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024
(Da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado)

Requer, nos termos do regimento interno, informações e dados detalhados sobre medidas adotadas pelo Ministério da Fazenda para, no âmbito da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), coibir apostas ilegais em casas esportivas, popularmente conhecidas como "BETS", por meio de benefício social concedido a beneficiários de programas sociais como o bolsa família, bem como sobre eventual conexão de organizações criminosas que se utilizem de benefícios sociais e casas de apostas esportivas como meio para cometimento de crimes, tal como, lavagem de dinheiro.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Foi aprovado por esta Comissão, na reunião deliberativa realizada em 08/10/2024, o Requerimento nº 274/2024, de autoria do Deputado Allan Garcês, que requer seja enviado ao Ministério da Fazenda pedido de informações detalhadas sobre medidas adotadas para coibir apostas ilegais em casas de apostas esportivas, popularmente conhecidas como "BETS", por meio de benefício social concedido a beneficiários de programas sociais como o bolsa família, bem como sobre eventual conexão de organizações criminosas que se utilizem de benefícios sociais e casas de apostas esportivas como meio para cometimento de crimes, tal como, lavagem de dinheiro.

Informações requeridas:

1- Sobre o Uso de Plataformas de Apostas para Lavagem de Dinheiro:

Quais ações foram adotadas para investigar e fechar os sites de apostas ilegais? Como o governo monitora a correlação entre as atividades das "bets" e o aumento da criminalidade organizada? Quais foram os planos para proteger os cidadãos, especialmente os beneficiários de programas sociais, dos riscos associados a essas plataformas? Há algum levantamento que avalie a extensão do problema e as





estratégias de enfrentamento já estabelecidas?

2- Fiscalização de casas de apostas: Quantas casas de apostas esportivas foram fiscalizadas pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) no período de 2022 até presente data? Quais são os critérios e instrumentos técnicos utilizados para essa fiscalização?

3- Autorização e impedimentos: Quantas casas de apostas foram autorizadas a funcionar até a presente data? Poderia fornecer detalhes sobre essas autorizações, por exemplo, quais documentos são exigidos?

4- Medidas contra o uso de benefícios sociais: Quais medidas concretas foram previamente implementadas para evitar que beneficiários do Bolsa Família utilizem esses recursos em apostas nas “BETS”? Há indícios da prática de crimes, bem como sobre eventual conexão de organizações criminosas que se utilizem de benefícios sociais e casas de apostas esportivas como meio para cometimento de crimes, tal como, lavagem de dinheiro?

5- Monitoramento de gastos: Há plano adotado pelo Ministério da Fazenda para monitorar e analisar os gastos de beneficiários do Bolsa Família em plataformas de apostas? Como isso está relacionado com a prevenção ao vício em jogos?

6- Limitação da publicidade: Quais estratégias foram adotadas para proibir a publicidade das casas de apostas esportivas, especialmente em mídias que atingem beneficiários de programas sociais?

7- Estudos sobre vício em jogos: Houve algum estudo ou há levantamento em andamento que analisa a correlação entre o aumento de apostas entre beneficiários do Bolsa Família e a incidência de problemas relacionados ao vício em jogos?

8- Impacto econômico das apostas: Diante do levantamento da CNC que aponta um prejuízo de R\$ 117 bilhões ao comércio, quais ações o Ministério da Fazenda adotou para mitigar esse impacto econômico? Há indícios de infração pelas empresas “BETS” à Lei n.º 1.521, de 26 de dezembro de 1951, que trata dos crimes contra a economia popular?

9- Responsabilidade social das casas de apostas: O Ministério elaborou algum plano para exigir que as casas de apostas implementem práticas de responsabilidade social, especialmente em relação aos seus impactos nas





comunidades vulneráveis?

10-Devolução automática de valores efetuados em apostas de casas irregulares: Quais medidas o Ministério da Fazenda adotou para a devolução automática e independente de solicitação do consumidor, dos valores gastos em empresas irregulares?

11-Multas emitidas pelo Ministério no âmbito da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA): Quantas multas o Ministério emitiu para empresas infratoras, no âmbito da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA)? Quais os andamentos atuais sobre as respectivas cobranças das multas emitidas?

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento de informações é fundamentado na necessidade urgente de abordar o crescente problema das apostas ilegais em casas de apostas esportivas, conhecidas popularmente como "BETS", e suas implicações sociais e econômicas.

Considerando as investigações conduzidas pelo Ministério Público e por órgãos policiais que revelaram a utilização de plataformas de apostas online, conhecidas como "bets", por facções criminosas como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) para lavagem de dinheiro proveniente de atividades ilegais, é de extrema relevância que se possa elucidar o cenário atual das apostas ilegais e suas consequências para a sociedade (FONTE: <https://www.folhabv.com.br/geral/crimeorganizado-usa-bets-lavagem-de-dinheiro-e-arrecadacao-de-recursos/>).

A utilização dessas plataformas por organizações criminosas não apenas prejudica a economia local, mas também coloca em risco a integridade financeira de inúmeras famílias, especialmente aquelas que já enfrentam vulnerabilidades sociais.

A recente pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) indica que as apostas podem gerar um prejuízo anual de R\$117 bilhões aos estabelecimentos comerciais do Brasil, além de representar 0,62% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Esse cenário não só afeta a economia, mas também coloca em risco a sustentabilidade financeira de muitas famílias, especialmente aquelas que





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Apresentação: 09/10/2024 15:57:06.730 - MESA

RIC n.3608/2024

dependem de programas sociais como o Bolsa Família.

É fundamental compreender como os recursos destinados a esses programas estão sendo utilizados, uma vez que há evidências de que beneficiários podem estar utilizando benefícios sociais em apostas, potencialmente em conivência com organizações criminosas.

A ligação entre apostas ilegais e lavagem de dinheiro é uma preocupação crescente que requer atenção e ação imediata do governo.

A fiscalização das casas de apostas, a autorização para seu funcionamento e a implementação de medidas de prevenção ao vício em jogos são questões que precisam de esclarecimento.

É essencial que o Ministério da Fazenda informe sobre as ações em andamento e as estratégias para coibir esse problema, garantindo que os benefícios sociais sejam utilizados de forma adequada e não sejam desviados para atividades ilícitas.

Além disso, a colaboração entre diferentes ministérios e órgãos governamentais é crucial para abordar esse tema de forma abrangente, pois a busca por informações detalhadas permitirá uma melhor compreensão da situação atual e a formulação de políticas públicas efetivas para proteger tanto a economia quanto os cidadãos vulneráveis.

Em conformidade com as respostas a serem fornecidas pelo Ministério da Fazenda, este parlamento poderá elaborar propostas legislativas para tratar o tema de forma técnica.

Portanto, este requerimento é uma tentativa de obter dados e informações claras que possibilitem a análise da situação e o desenvolvimento de soluções eficazes para mitigar os impactos negativos das apostas ilegais e proteger os interesses sociais e econômicos do país.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 2024.

(Assinado eletronicamente)

Deputado Federal Alberto Fraga (PL-DF)

Presidente da CSPCCO

